

# Covas admite vitória dos 5 anos

## Líder do PMDB afirma que ação dos governadores reverteu o quadro

Um dos principais líderes dos quatroanistas, o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, admitiu ontem que a batalha está perdida, ao reconhecer que o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney "é favorito" no plenário. O consócio do senador agora é que "junto à opinião pública, cresce o mandato de quatro e não avança o de cinco anos".

Covas observou que no início do ano vários governadores não trabalharam a favor do mandato de cinco anos, com eleições presidenciais em 89. Lembrou, inclusive, que Orestes Quercia, de São Paulo, "estava até quietinho" mas admitiu a possibilidade de vitória dos quatro anos. Hoje, porém, ressalta o senador, à exceção de um ou dois, os governadores estão não só apoiando, como empenhados em assegurar que a sucessão presidencial somente aconteça no próximo ano.

O senador paulista comentou que a decisão da Comissão Executiva Nacional do PMDB, de transferir de 5 de junho para 21 de agosto a Convenção Nacional, "foi uma demonstração evidente de que os

dirigentes não desejam eleições presidenciais a 15 de novembro deste ano".

Sobre a reunião dos governadores com Sarney, segunda-feira, no Palácio da Alvorada, Mário Covas disse estar certo de que, embora discretos, oficialmente, todos eles reafirmaram apoio ao mandato de cinco anos.

Não deixou de destacar que alguns dos governadores, como os de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, manifestaram-se publica-

GIVALDO BARBOSA



Mário Covas

mente a favor de eleições em 89, declarando à imprensa que mandato de cinco anos para Sarney já era uma questão resolvida. Em março não houve manifestação com tanta segurança e alguns dos que hoje se declaram a favor dos cinco anos diziam preferir eleições em 88.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), mesmo reconhecendo o favoritismo do mandato de cinco anos, lembrou que a diferença na votação de março foi apenas de 24 votos, com 29 ausentes. O parlamentar gaúcho admitiu que dos ausentes, 15 ou 16 poderão votar a favor dos cinco anos, "mas o plenário é sempre imprevisível".

Ibsen Pinheiro votará pelo mandato de quatro anos a Sarney, sob a alegação de que cinco anos "atende aos interesses do Governo e do Presidente, mas não os da Nação".

O líder do PFL, deputado José Lourenço, assegurou que será aprovada a emenda Matheus Iensen, de eleições a 15 de novembro de 89, com pelo menos 315 a 320 votos. Esta é, também, a previsão do líder governista Carlos Sant'Anna.



Pimenta da Veiga conversa com Cid Carvalho: não vai obstruir a votação

## Câmara vai votar hoje projeto das eleições

Mesmo sem um acordo formal, o plenário da Câmara dos Deputados vota hoje pela manhã o projeto de lei que regulamenta as eleições municipais de novembro deste ano. Pelo menos é o que garantem os líderes dos principais partidos, que ontem tomaram conhecimento do parecer do relator da matéria, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). No parecer, foram contempladas praticamente todas as reivindicações que não eram atendidas no chamado Projeto Judas.

Após apresentar o parecer ao plenário, ontem pela manhã, Cid Carvalho comentou as decisões que tomou, dizendo ter tido espírito liberal. "Estamos numa fase de transição e a própria Constituinte está avançando em liberdade, especialmente na área eleitoral. E claro que divergimos de alguns pontos das emendas apresentadas, mas preparamos a outros e creio, conseguimos encontrar uma média, para que a matéria possa ser votada", garantiu o relator.

O grande ponto de discordância era uma emenda do deputado Pimenta da Veiga, dissidente do PMDB mineiro, que pretende formar um novo partido. Ele pregava a formação de novos partidos desde que tivessem 30 representantes no Congresso Nacional. Cid Carvalho reduziu o número de parlamentares federais mas exigiu que eles representem ao menos cinco estados diferentes. Além disso é necessário possuir comissões provisórias em pelo menos nove estados.

Esse, que seria o grande perigo de uma obstrução, no caso da matéria ser colocada em votação hoje, foi afastado pelo próprio Pimenta da Veiga, após ouvir algumas diferenças de pensamento, mas essas não impedem a formação do novo partido. "Nós preferíamos prazos maiores e tínhamos um projeto diferente para a representação parlamentar", revelou Pimenta, mas continuou dizendo que "o que mais importava é que houvesse condições mínimas e elas

existem". O parlamentar mineiro garantiu que o seu grupo não está representado no Congresso por constituintes de mais de cinco estados como pode muito bem conseguir as comissões provisórias em mais de nove. Depois, revelou que o novo partido irá disputar as eleições apenas em algumas cidades estratégicas, cujo número preferiu não adiantar. "Essa é uma decisão política, nascida dos estudos que fizemos", concluiu.

Líderes de praticamente todos os demais partidos concordam que o parecer do relator e as emendas acolhidas agradam e devem ser votadas hoje pela manhã. Os negociadores, Gerson Peres (PA), pelo PDS e Inocêncio Oliveira (PE), pelo PFL, tiveram as suas emendas acolhidas e garantiram que — se a votação for confirmada — tentam a aprovação.

O vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira, chegou a dizer que o seu partido queria eleições municipais de qualquer maneira, mas que o projeto precisava fazer da propaganda gratuita. "Chegam a nos acusar de não querer o pleito neste ano", disse ele, e que pretendia mais era fazer constar a propaganda como parte integrante do texto. Depois, acabaram reconhecendo que não são temos razão, como desejamos eleições este ano, vamos votar favoravelmente".

### DESTAQUES

O acordo que ainda pode ser formalizado hoje pela manhã prevê a votação do projeto, ressaltados os destaques. E que PT, PDT e PFL já garantiram que vão tentar — no voto — modificar algumas partes do texto. Essa possibilidade de tratar as questões polêmicas através do voto, inclusive, foi colocada no próprio parecer do relator Cid Carvalho.

O PFL vai destacar duas emendas. Numa delas o partido amplia o prazo para as eleições em municípios recém-criados. No projeto do relator consta a criação até 15 de junho, en-

quanto a Frente Liberal quer assegurar eleições para os criados até 15 de julho. Na segunda emenda, Inocêncio Oliveira pretende retirar do texto a previsão dos dois turnos e justificou: "A Constituinte atual foi votada em primeiro turno. Não podemos colocar o carro à frente dos bois. Se a nova Carta garantir os dois turnos, a norma será auto-aplicável. Por isso, queremos retirar essa previsão do texto".

Outras duas emendas que devem ser destacadas pelo PT e pelo PDT dizem respeito ao tempo do horário gratuito no rádio e na TV, que eles pretendem ampliar dos 45 dias previstos no projeto para 50 e regulamentar a "boca de urna" que foi retirada do projeto para proporcionar negociação.

Explicando a necessidade de apresentar essas emendas, o vice-líder do PDT, deputado Amauri Müller (RS) afirmou que "a questão de cinco dias a mais só será colocada porque seria uma média entre as duas últimas eleições e a questão da "boca de urna" porque achamos importante regulamentar uma prática que já é utilizada, mesmo que proibida". Ele, no entanto, espera a aprovação do projeto pela Câmara.

### PERIGO

Satisfeito com o parecer do relator Cid Carvalho, o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS) está confiante na votação de hoje. Para ele é difícil alguém tentar obstruir a votação já que o texto interessa a todos. "Na minha visão, o relator definiu o essencial, deixando algumas questões para o plenário. E claro que, na hora, alguém pode pedir verificação de quorum, mas eu não creio que isso vá acontecer", ponderou.

Caso a matéria seja aprovada na sessão de hoje, logo será enviada ao Senado, onde tanto pode ser votada rapidamente quanto ser emendada. Exatamente aí está o perigo de um atraso maior que, segundo Ibsen Pinheiro, não inviabiliza a realização de eleições este ano.

## ArCunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

### Japoneses querem trazer telefone digital para o DF

No programa internacional de cooperação, industriais japoneses estão estudando a possibilidade de instalação, primeiro em Brasília, depois em outros estados, de um telefone digital, que tornará possível a comunicação de onde estiver, dentro de um carro ou de uma bolsa.

Esse sistema de comunicação é muitas vezes superior ao atualmente utilizado na Europa, com o sistema celular. Por onde o carro vai passando, há uma antena que recebe o sinal e se comunica com a central.

Está havendo dificuldade de parte do Brasil em assimilar esse progresso, e os japoneses, pelo que se informa, mostram-se propensos a desenvolver o projeto, desde que seja com material importado dos Estados Unidos. E que o Japão, sofrendo uma certa pressão nos EUA, poderia, dessa forma, abrir novos mercados para os americanos, embora seja japonês o financiamento.

XXX

**AMAZONAS** — A cada dia aumenta a preocupação do mundo inteiro quanto ao desmatamento da Amazônia. A propósito, vale lembrar o que me disse uma vez o senador José Lindoso, quando governador. Se a Volks precisava produzir proteínas, não promovesse o maior incêndio da atualidade. Bastaria criar peixes, e a proteína chegaria às mesas do mundo inteiro em condições mais corretas para com a natureza.

XXX

**CIMENTO** — As fábricas de cimento de Brasília estão vendendo o produto em operação casada, para aumentar o preço. A denúncia é do presidente da Fibra, Cássio Aurélio, que reúne documentos para mostrar o que está ocorrendo. As fábricas vendem o cimento pelo preço da tabela, mas só quem pode transportar são as pessoas por elas indicadas. O frete é cobrado de maneira a cobrir o aumento desejado. No final, há partilha do transportador para o produtor.

XXX

**MUDANÇA** — A musa do PT, decantada em prosa e verso aqui e no exterior, deixa o seu partido para ingressar no PSB. Maria Luiza leva para o outro partido toda a sua equipe da Prefeitura de Fortaleza, exatamente num momento em que seu nome está mais popular do que nunca. O PT não teve paciência.

XXX

**HOTEL** — Quem esteve em Fortaleza nas duas últimas décadas deve conhecer o San Pedro Hotel, o primeiro com organização hoteleira propriamente dita. Foi o produto do trabalho pioneiro de Pedro Lazar, que legou uma cadeia de hotéis ao País. Agora, o San Pedro vai ser demolido. O progresso exige outra coisa no seu lugar. Uma pena. Fica a história de um hotel que um dia foi grande, e, mais que isto, agradável.

### História de Brasília

**LAGO** — Paulo Wettstein era um sujeito grandão, bonachão, boa prosa, e até seu acento alegrava a conversa. Ele era encarregado de recolher o lixo da cidade, e seu acampamento ficava perto de onde hoje está a Pestalozzi, quase em frente à entrada da Embaixada Americana.

Um dia, a Novacap precisava abrir uma concorrência para desmatar a área onde se formaria o lago de Brasília. Mas que parâmetros utilizar, se nunca houvera coisa igual dentro os empreiteiros que estavam em Brasília.

Assim, o Dr. Israel encarregou Wettstein de mais essa atividade. O primeiro trabalho foi construir uma estrada desmatada, feita pela topografia, onde eram espalhadas, de tantos em tantos metros, placas indicando a cota mil. Isso foi feito com facilidade.

Depois, o desmatamento propriamente dito. Ele contratou centenas de candangos, com foices e máquinas, entrou cerrado adentro, e o pior era que havia matas altas, onde estavam os riachos que formariam o lago.

A represa foi fechada a 12 de setembro de 59, e as máquinas continuavam o trabalho. A cada dia subia um pouco mais. Um dia, viu-se que não era possível o desmatamento, e logo se apressou a um desmatamento. No meio do trabalho a água subiu, e alguns tratores do Paulo ainda hoje estão embaixo d'água, marcando sua presença em Brasília.

### Cortes só sairão com mandato votado

Até o final da semana, o presidente José Sarney receberá do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, uma forma de retardamento de cortes.

Para não ferir susceptibilidades políticas, antes da definição do seu mandato, o Presidente poderá prorrogar sua decisão para depois do pronunciamento da Constituinte sobre o assunto. Por enquanto, sérias divergências estão expostas, principalmente, entre os ministros das Minas e Energia e do Interior, Aurélio Chaves e João Alves, de um lado, e, de outro, os ministros da área econômica.

João Alves está batalhando para manter vivos programas de caráter social, como o do Padre Cícero que atende regiões carentes do sertão nordestino, mas que está na mira das autoridades econômicas, principalmente porque o Banco Mundial exigiu rigor na distribuição das verbas a tais programas já que os beneficiários principais dos mesmos são, basicamente, a aristocracia agrária nordestina.

### MANSÃO À VENDA

LUXUOSÍSSIMA (MUITA MADEIRA), Nova, Vazia, na QI-15 (CH-15), c/2 pvnmts., colonial, lote c/10.000m2, área constr. de 2.300m2, c/saão c/250m2, escritório, lavabo, 3 salas, 2 sa-lões de jogos/festas, 6 suítes c/varandas, coz. kit compl., 3 br., serv., 3 qts. empreg., q/m motor., casa hosp. separada, 2 saunas, churrasq. p/600 pessoas, piscinão c/180m2, Oda. Tênis/Vôlei/futebol, Guarita Guardas, jardins paisagísticos, garag. p/vários autos, Tr. fones: 061-225535/2249657 ou 2231179, resid. ou 2731010, r. 1048, recados, MANOEL DIAS, CRECI 2005.

## Abril pode ter eleição casada

A coincidência em abril e maio de 89 de eleições para presidente da República e para prefeitos e vereadores, é a proposta que está sendo discutida desde ontem na Assembléia Constituinte. A emenda é de autoria do secretário-geral do PFL, deputado (dissidente) Saulo Queiroz (MS), começou a ser defendida a sua aprovação pelo coordenador do PMDB pernambucano, deputado Maurílio Ferreira Lima. Mas dificilmente o Planalto a aceitará, já se calcula no Congresso.

O senador José Richa (PR), um dos líderes do bloco independente do PMDB, não condenou de imediato a proposta de coincidir em abril/março do próximo ano as eleições municipais e presidenciais. "Dos males o menor" — disse o ex-governador do Paraná, defensor de eleições presidenciais neste ano. Acrescentou que se houver acordo, votará a favor. Mas o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), não concordou: "Não ouvi e não gostei".

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, observou que a emenda Saulo Queiroz pode ser a alternativa entre o que deseja a maioria da Nação — eleições presidenciais em 88 — e o que deseja o Planalto — eleições em novembro de 89. "O ideal seria eleição presidencial neste ano, com as municipais" — disse ele.

"Acho uma idéia interessante para exame", disse o presidente do PFL, Marco Maciel, ao deputado Generaldo Correia, vice-líder do PMDB na Câmara. O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) disse que, em princípio, é contra prorrogação, mas considera a sugestão "muito boa". O senador Edison Lobão (PFL-MA) acha que esse debate é inócua, uma vez que o Governo já assegurou 320 votos para garantir o mandato de cinco anos na votação prevista para a próxima semana.

Saulo Queiroz argumenta que a sugestão permite a eleição casada do presidente da República com os prefeitos e se não atende os

que defendem os cinco anos também não atende os que querem quatro anos.

— O Sarney vai ficar em xeque. Se ficar contra um acordo em torno dessa idéia, demonstra que não abre mão de nada, disse o deputado baiano Generaldo Correia, embora advertisse que ainda não encontrou "ninguém de peso" no PMDB defendendo essa proposta.

O deputado Maurílio Ferreira Lima disse que cada deputado ou senador deve se preparar para gastar 100 milhões na eleição municipal deste ano ("ninguém tem esse dinheiro"). Revelou que fez uma visita aos sete municípios de sua base e constatou que terá de distribuir impressos para os sete candidatos a prefeitos e 350 candidatos a vereador.

— Terrei de distribuir 10 mil impressos para cada um dos 350 candidatos a vereador, para cada um dos sete candidatos a prefeitos. Serão três milhões e meio de cartazes, folhetos, folders etc. E ainda falta computar outras despesas, como sete veículos com alto-falantes.

O deputado João Agripino Neto (PMDB-PB) diz a Maurílio que os gastos de um candidato conservador seriam 30 vezes maiores do que os de um candidato de esquerda, como Maurílio. Ao lado deste, o deputado também pernambucano José Mendonça considerava possível um acordo em torno dessa proposta.

O próprio deputado José Genoino (PT-SP), acercando-se da mesa onde se achavam Maurílio e José Mendonça, afirmava que, em último caso, era uma idéia a ser examinada. Genoino referia-se à possibilidade de uma derrota dos quatroanistas. Nesse caso, poderia haver negociação.

O presidente do Senado, Humberto Lucena, disse que o PMDB não pode apoiar nenhum movimento em favor de prorrogação de mandato. "Eu votarei contra", prometeu. Ao mesmo tempo, lembrava que sugestão dessa natureza só teria alguma viabilidade se o presidente Sarney admitisse entrar em

um entendimento.

O senador Edison Lobão descartou essa possibilidade, lembrando que o Palácio do Planalto já conseguiu mobilizar 320 constituintes para garantir a aprovação em plenário do mandato de cinco anos em votação prevista para a próxima semana. "Já estamos com mais do que o necessário para assegurar o mandato de cinco anos", disse.

O deputado Fernando Gomes (PMDB-BA), candidato a prefeito de Itabuna (Sul da Bahia) dizia que há 150 constituintes candidatos a prefeitos. "Todos esses votos serão um obstáculo a qualquer adiantamento da eleição municipal deste ano", dizia. A seu lado, o deputado Francisco Pinto prometia votar no mandato de quatro anos.

— Se passar os cinco anos, podemos negociar essa proposta desabafou Francisco Pinto.

O autor da emenda, Saulo Queiroz, afirma que a eleição casada em abril do próximo ano (de Presidente e prefeitos) baixaria os custos, pois seria um pleito ao invés de dois, com o que concorda o senador Jutahy Magalhães. Outra vantagem apontada por Saulo: o Congresso teria todo o segundo semestre para cuidar unicamente de votar toda a legislação complementar e ordinária imposta pela nova Constituição.

O deputado Generaldo Correia acha a proposta muito interessante para o PMDB, "pois se trata de permitir uma eleição casada". Generaldo negou que esteja nos planos de Ulysses Guimarães dificultar a aprovação do projeto que disciplina a eleição municipal deste ano para permitir que haja a prorrogação.

O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) acha interessante a coincidência da eleição presidencial com a eleição municipal em novembro de 1989, ele que defende o mandato de cinco anos para o atual Presidente. O deputado Fernando Lyra (PE, sem partido) afirma que prorrogação de mandato "é tentativa de golpe".

## Governadores trazem bom humor

A. C. SCARTEZINI Especial para o CORREIO

Com um bom humor que andava raro em sua pessoa, o presidente Sarney apresentou-se, ontem pela manhã, aos seus assessores no Planalto para um novo dia de trabalho. Estava entusiasmado com o saldo de sua reunião na véspera com governadores. "A reunião representou um compromisso de apoio recíproco entre o Governo Federal e os estaduais", apresentou um assessor o estado de espírito que recolheu no Presidente.

O estado de espírito presidencial valorizava o encontro com governadores de maneira particular pela atenção que a reunião recebeu na noite de segunda pela televisão e na manhã de ontem pelos jornais. Apenas um reparo Sarney apresentava aos jornais, assegurando que, ao convocar os governadores, não pensava em duas coisas que, o noticiário lhe atribuiu:

1. Recolher apoio para os cinco anos de mandato na Presidência.

2. Exibir ao Fundo Monetário Internacional um programa econômico respaldado pelos Estados.

— Se pensava ou não nessas

duas coisas, é menos importante. O fato é que a reunião com governadores, no momento em que o FMI acampou na cidade e há duas semanas da votação do mandato, colaborou com os vários objetivos políticos do Planalto. "O Presidente vai ter no mínimo 320 votos na Constituinte para os cinco anos", vibrou um dos inquilinos do quarto andar do palácio.

A vibração do assessor faz sentido. Na verdade, o mandato do Presidente tornou-se uma peça subjacente em todo o comportamento político e os governadores que estiveram na cidade sabiam disso. "Não sei porque o Waldir Pires (Bahia) não veio, ele poderia participar da reunião sem nenhum risco", tentou-se no quarto andar menosprezar a existência do vínculo entre a reunião e o mandato.

Mas o fato é que os governadores sabiam porque vieram ou não a Brasília. Num anterior encontro coletivo entre eles, a 25 de outubro do ano passado no Rio, haviam decidido batallar por três colas na Constituinte: presidencialismo como sistema de governo, cinco anos a Sarney e reforma tributária. E agora só faltam os cinco anos.

A parte do mandato, o novo encontro, em Brasília, valoriza o apoio dos governadores a Sarney na medida em que, agora, os Estados não possuem mais a mesma dependência econômica ao poder central que detinham em outubro. De lá para cá, a reforma tributária aprovada pela Constituinte, como os governadores queriam, mudam as relações entre Brasília e os Estados no máximo dentro de quatro meses.

Com o olho nessa mudança, o Presidente estabeleceu perante os governadores o compromisso de mudar os encargos dos Estados junto com as fontes de renda tributária. Acertou-se que os governadores deverão discutir com os ministros Mailson da Nóbrega (Fazenda) e João Batista de Abreu (Planejamento) a transferência dos encargos.

Enfim, o entusiasmo de Sarney com a conversa de segunda-feira no Alvorada o levou a praticamente desprezar uma coisa que os jornais publicaram ontem: as restrições do pernambucano Miguel Arraes ao programa econômico aprovado na reunião. Preferiu o Presidente ficar com o discurso de apoio que ouviu na viva voz de Arraes no Alvorada.

## Agora, pressa pelo novo partido

Eufóricos com o substitutivo do deputado Cid Carvalho, que facilita extremamente a criação de novos partidos, os dissidentes do PMDB reuniram-se ontem para reavaliar a estratégia de lançamento da legenda social-democrata em que pretendem se aglutinar. Ficou decidido que a nova agremiação nascerá já na primeira quinzena de junho, tão logo seja sancionado o projeto regulamentando as próximas eleições municipais.

O senador Fernando Henrique Cardoso, um dos líderes da dissidência, explicou que até ontem a idéia do seu grupo era de utilizar-se de outros partidos para disputar as eleições municipais. Isto em função das dificuldades que o deputado Cid Carva-

lho, na primeira versão do seu projeto impôs ao surgimento de legendas novas, chegando a excluir do texto um dispositivo previamente acertado entre todas as lideranças partidárias naquele sentido. Em seu último substitutivo, o relator inseriu um artigo permitindo que parlamentares representantes de apenas cinco estados se reúnam sob uma nova sigla, desde que instalando comissões provisórias, dispensando qualquer burocracia.

Hoje pela manhã, os dissidentes peemedebistas voltam a se reunir para discutir o seu futuro político. O encontro servirá, segundo o deputado Pimenta da Veiga (Sem Partido-MG), para definir os próximos passos do grupo em função do projeto Cid Carvalho.

## PMDB admite opção à esquerda

Na participação do secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), Mário Covas seria o candidato ideal para presidente da República em 89, se o partido optar por uma candidatura de "centro-esquerda". Segundo o representante mineiro, se a opção for um candidato de "centro", o favorito seria o governador Orestes Quercia.

O dirigente peemedebista chegou a mencionar o nome de Ulysses Guimarães, se realizadas as eleições neste ano, mas logo corrigiu: "As eleições se-

rão mesmo em 89 e no próximo ano o nosso presidente não será mais o favorito".

Os amigos de Covas acham que ele fará sua opção partidária após a promulgação da nova Constituição — ou até o final do mês, se votada a emenda de eleições presidenciais em 89.

Ontem, num canto do plenário da Constituinte, Mário Covas ouviu, pela milésima vez, a pergunta: "O senhor vai mesmo deixar o PMDB?". Bem-humorado, ele não deixou de comentar que sua função causa dissa-

Ele espera que a proposta seja aprovada ainda hoje pela Câmara e que não passe mais de dez dias no Senado, de forma a estar pronta para sanção já no princípio de junho.

Pelas contas do senador Fernando Henrique, há pelo menos vinte cidades, entre capitais e municípios de grande porte, em que o novo partido tem todas as condições de vencer o pleito de novembro. Mesmo assim, ele fez questão de alertar que o evento mais importante para a consolidação da legenda será a sucessão presidencial, pois é naquela que se trava o verdadeiro debate das idéias, capaz de sensibilizar profundamente o eleitorado em favor de determinado programa partidário.

Para muitos, o senador paulista deixou claro que, aprovado o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, finalmente formalizaria sua saída do PMDB, optando pelo novo partido de centro-esquerda.